

# O breve sonho da democracia perpétua

*Joachim Becker<sup>1</sup>*

*O sonho é breve, o dia é longo.*

*Lanko Král (apud Zajac 1996: 7)*

Com freqüência liberalismo e democracia são vistos como dois lados de uma mesma moeda. No entanto, liberalismo –a saber um liberalismo com restrições social-democráticas– e democratização só por breve tempo –nas décadas após a Segunda Guerra Mundial– andaram juntos. Para muitos, esta união ensejou o sonho de uma democracia perpétua.

Mas este sonho, mesmo referido à Europa Ocidental, pode ter sido breve. Porquanto as condições históricas básicas para uma união entre liberalismo e democracia –concorrência sistêmica intensa, movimentos operários fortes, uma ampla coincidência entre espaço econômico e território político– não estão mais dadas. As estratégias atuais de acumulação exigem outro Estado, manifestamente um estado menos democrático. Com isso os apelos dos teóricos liberais, como “intelectuais orgânicos” (Gramsci 1971) da burguesia, a favor de restrições à democracia estão novamente em alta. O terreno para limitações à democracia está preparado tanto discursiva quanto organizacionalmente. A crescente cisão entre espaço

---

<sup>1</sup> Joachim Becker é economista, livre-docente e leciona na Universidade de Economia, em Viena, Áustria. Tradução do alemão: Emil A. Sobottka.

econômico e territorialidade de regulação política é um fator importante para o enfraquecimento do movimento operário e dos “novos” movimentos sociais. Uma das partes, o capital, pode evadir-se de concessões sociais que lhe sejam desagradáveis através da fuga de capitais. Essa situação não é totalmente nova; ela tem algumas características em comum com a “ofensiva conservadora” (Zieburá 1984) do período entre as duas guerras mundiais.

### **Crítica liberal à democracia**

Os liberais queriam e querem restringir a democracia em suas duas dimensões centrais, que podem ser expressas com as perguntas: quem participa das decisões? Qual o alcance das decisões democráticas? A primeira pergunta se refere ao direito eleitoral, mas não pode ser reduzida a ele. Há ainda outras formas de participar das decisões. A segunda dimensão diz respeito aos espaços das decisões democráticas. Entre elas há uma vinculação estreita. Assim, a amplitude do acesso aos centros de decisões políticas tem relevância para a solução de conflitos acerca do alcance de decisões democráticas. Entre a ampliação do direito ao voto e a expansão do papel social do Estado, por exemplo, havia uma estreita relação (cf. Bobbio 1988).

No século XIX, mesmo um liberal tão esclarecido como John Stuart Mill se opôs a um direito igualitário generalizado ao voto. Em sua obra *Acerca da liberdade*, publicada em 1859, ele advertiu explicitamente acerca dos riscos de uma “tirania da maioria” (Mill 1987: 10). Mill queria ver as atividades do Estado limitadas basicamente a um espaço restrito, porquanto ele as via como ameaçadoras à liberdade.

Depois de 1945, o campo discursivo tinha se deslocado tanto que os liberais – pelo menos referindo-se aos países capitalistas industrializados – praticamente não podiam mais defender abertamente um sistema eleitoral policlassista ou uma limitação dos direitos ao voto. Sua estratégia foi reduzir o conceito de democracia basicamente ao ato eleitoral e a deslegitimar outras formas de participação nas decisões. A defesa de uma delimitação relativamente estreita do campo de decisões democráticas permaneceu inalteradamente atual.

Albert O. Hirschman (1992) faz uma distinção entre representantes da tese da “inutilidade” e da “ameaça” na crítica liberal atual à democracia. Aqueles consideram a democratização como ilusão, enquanto estes procuram colocar em destaque a ameaça que ela representaria para a liberdade, a estabilidade ou a competitividade.

Na primeira tendência se insere o conceito de democracia de Joseph A. Schumpeter contido em sua obra *Capitalismo, socialismo, democracia*, escrita em

1993. Nela o autor reduz democracia à “livre competição entre os candidatos à direção pelos votos do povo”, que desta forma tem a possibilidade “de aceitar ou rejeitar os homens que deverão dominá-lo” (Schumpeter 1993: 452). Desta forma, as pessoas até podem mudar, mas uma “elite” permanece. Com isso Schumpeter se insere na tradição dos teóricos da teoria das elites do início do século XX, como o economista e sociólogo Vilfredo Pareto e o cientista político Gaetano Mosca. Para Pareto, é da desigualdade natural das pessoas –que para ele não faz jus a maiores detalhamentos (Pareto 1906: 126) – que resulta uma divisão da sociedade em uma “parte eleita” – em italiano “parte eletta”, do que resulta “elite”– e a massa. A primeira “existe em qualquer sociedade e a governa, mesmo quando a forma de governo parece ser a mais ampla democracia” (Pareto 1906: 126). Mosca (1994) denomina este grupo de “classe política”.

No após Guerra, a teoria da democracia de Schumpeter foi continuada pela “teoria econômica da política”, que busca aplicar à ciência política princípios da economia neoclássica. Representantes dessa teoria empenharam-se para destacar que “políticos” ou grupos de interesse muito próximos a eles, levados em consideração na continuidade da teoria, escumam renda e com isso distorcem a remuneração quase-natural dos fatores. Nessa perspectiva, a exploração não ocorre mais pelo capital, mas pelo Estado. Também esta idéia já está presente em Pareto. Em seu *Cours d'économie politique*, dos anos 1896-97, consta que existem duas formas de “luta de classe”. “Uma delas não é outra que a concorrência econômica. Vimos que esta produz um máximo de felicidade (um conceito especial para benefício, JB) quando a concorrência é livre. (...) A outra forma de luta de classe é aquela em que cada classe se esforça para apoderar-se do governo a fim de fazer dele uma máquina de espoliação” (Pareto 1964: 386). Sob o aspecto da espoliação, continua Pareto (*ibidem*), “faz pouca diferença se a classe dominante é uma oligarquia, plutocracia ou democracia”. Se a forma de governo não faz diferença, resta apenas um caminho para restringir a espoliação: restringir radicalmente a atuação do Estado. Bem menos elaboradas teoricamente, estas conceitualizações e teses podem ser reencontradas no discurso atual da direita liberal em lugares destacados.

Uma postura mais agressiva têm os expoentes dentre os teóricos da “ameaça”. Dando continuidade à argumentação de Mill, Friedrich A. Hayek (1983: 127) por exemplo vê a liberdade potencialmente ameaçada pela democracia. Teóricos como Hayek estão aqui primordialmente interessados numa determinada liberdade, a saber, a liberdade para fazer transações de mercado. Com isso eles evadem a pergunta fundamental acerca da possibilidade “de escolher, se a gente quer se integrar

ao mercado ou não” (Borón 1994). Ampliando assim o conceito de liberdade, seriam substancialmente outras as conclusões sobre a compatibilidade entre democracia e liberdade.

O politólogo estadunidense Samuel Huntington (1968; cf. crítica p. ex. em Leys 1996: cap. 3) divisa no excesso de participação democrática uma ameaça potencial à estabilidade da ordem social. Sob a perspectiva da “governabilidade” é então natural limitar a participação democrática e desviá-la para canais menos perigosos. Desta tradição resultam impulsos para o estrangulamento dos canais de acesso aos centros estatais de decisão, por exemplo pela desparlamentarização. Economistas liberais também desenvolveram uma variante especial da tese da ameaça à estabilidade, que diz respeito a uma instituição especialmente importante, o banco central. Segundo ela, o controle democrático do banco central ameaça a estabilidade do padrão monetário. Por esta razão os bancos centrais devem ser “independentes” de instituições democráticas.

Conclusões semelhantes às da tese sobre a governabilidade podem ser tiradas da recente variante científico-popular da tese da ameaça. Fazendo uma analogia equivocada com empresas (cf. crítica em Krugman 1996: 4s), ela faz inferências acerca da competitividade dos estados. Se eles forem muito pesados e inertes, então não subsistirão na competição internacional. Como modelo para a organização estatal é sugerida a empresa capitalista enxuta. Mas esta, como é sabido, não prima pela democracia.

Elementos destes discursos críticos à democracia tornaram-se historicamente poderosos em diferentes fases da ofensiva direita para a limitação de conquistas democráticas.

## **O rompimento da onda de democratização no entre-guerras**

Depois das mortes massivas na Primeira Guerra Mundial, as forças conservadoras e liberais não conseguiram mais se opor à pressão social-democrata por um direito universal e igualitário ao voto. Foi um passo importante rumo à democratização, embora a meias por ora, porquanto as mulheres permaneceram excluídas da nova conquista. Com frequência também o fortalecimento dos parlamentos, uma melhoria da seguridade social e melhorias nas possibilidades de articulação dos sindicatos foram resultado da onda de democratização que sucedeu imediatamente a guerra. Refratários à onda de democratização permaneceram muitos dos aparelhos ultrareacionários da administração, da justiça e da repressão, o que especial-

mente na República de Weimar se revelaria como fatal para o projeto de democratização. A social-democracia também não conseguiu implementar a democratização da economia.

Para que o reformismo democrático pudesse ser recheado de substância, era preciso que o Estado obtivesse as receitas necessárias. Face ao extremo endividamento do Estado condicionado pela guerra, isto revelou-se como um problema central para uma política econômica reformista.

As políticas fiscal e monetária transformaram-se nos pontos centrais de conflito entre as forças reformistas e o capital e foram a pedra de toque principal para uma virada conservadora. Uma internacionalização relativamente elevada da economia, e, sobretudo a ampla mobilidade do capital e a esporádica intervenção pontual dos credores facilitaram ao capital a imposição da guinada à direita.

O governo francês do *Cartel des gauches*, por exemplo, discutiu em 1924-25 uma tributação do capital para ampliar seus espaços de ação na política fiscal. Isso levou a uma significativa fuga de capitais e manobras desestabilizantes do banco central, então privado. O *Cartel des gauches* fracassou frente ao “muro do dinheiro”, segundo uma formulação do então chefe de governo Edouard Herriot (apud Agulhon et al. 1993: 96).

Na Alemanha e na Áustria os conflitos sociais eram muito mais acirrados. Nesses países o papel dos credores externos era muito marcante. Grande parte do capital não aceitava neles nem a democratização nem as conquistas do movimento operário. Em sintonia com a doutrina liberal, eles exigiam novamente plena liberdade para a disposição econômica, eliminando, por exemplo, a regulamentação da jornada de oito horas recém instituída. A tentativa dos governos reformistas da República de Weimar, que queriam superar a miséria financeira do Estado através de tributos diretos, sobretudo do imposto sobre grandes fortunas, também sofreu uma resistência massiva da burguesia (cf. Aglietta e Orléan 1984: 185ss). Tanto na Alemanha como na Áustria o conflito social foi resolvido através da hiperinflação. O capital somente aceitou uma estabilização monetária depois que as condições econômicas e de política social por ele colocadas foram aceitas. Para chegar a uma solução, o capital recorreu deliberadamente ao apoio dos credores externos, reforçando assim ainda mais seu peso político e decidindo claramente a disputa das forças classistas a seu favor. Na Áustria esta estratégia foi ainda mais evidente do que na República de Weimar (cf. p. ex. Aglietta e Orléan 1984: 220; Kernbauer e Weber 1988: 6ss). O preço da intervenção dos credores foi uma perda da autonomia

político-financeira, em especial na política monetária. No Reino Alemão, a nova lei do banco real de 1924 tornou o banco central alemão “independente” do governo e subordinou-o a uma curadoria composta por bancos nacionais e credores externos. Com isso uma instituição não-democrática obteve uma influência decisiva sobre a nova política econômica, a qual durante a segunda metade da década de 1920 e início da de 1930 na Europa Ocidental estava inequivocamente talhada segundo os interesses do capital financeiro. Temporariamente ela continha elementos francamente deflacionários e com isso tinha efeitos sociais claramente regressivos. Ademais, a política econômica ainda tinha por objetivo a obtenção de superávites na balança comercial, o que dificilmente coadunava com os direitos sociais que tinham sido conquistados nos primeiros anos do pós-guerra.

O capital financeiro logrou impor suas estratégias –instáveis– de acumulação, mas via de regra não conseguiu conquistar a hegemonia na Europa central, do sul e do leste. Ele tentou compensar a falta de liderança de opinião primeiro subreptícia e depois abertamente com uma desdemocratização. Na Áustria esta desdemocratização assumiu inicialmente a forma de um fortalecimento do presidente do Estado; na República de Weimar ela apresentou-se no uso inflacionado da regulamentação sobre estados de emergência. Com o recrudescimento da crise econômica mundial, o capital e seus aliados apostaram numa ditadura aberta. Na Áustria,

os credores externos, (...) através de suas despropositadas exigências de deflação, ajudaram a preparar o terreno para a supressão da democracia austríaca. Ninguém admitiu-o tão abertamente como o seu homem de confiança, Rost van Tonningen. ‘Juntamente com o chanceler e com Kienböck, observou ele em seu diário, ‘julgamos necessário o fechamento do parlamento, uma vez que este parlamento sabotava a reconstrução’ (Kernbauer e Weber 1988: 20).

Os regimes fascistas desmontaram o sistema parlamentar e as organizações autônomas das classes subalternas. Eles aspiravam a um controle amplo das “classes perigosas” através da presença autoritária do Estado nas organizações, enquanto de fato deixavam amplamente intacta a autonomia das associações patronais. Esta remodelação fascista do Estado não se apoiava discursivamente no liberalismo, mas antes em teorias organicistas do Estado. A doutrina e a prática da política econômica durante o fascismo na Itália e na Áustria, que estavam principalmente a serviço dos interesses do capital financeiro, contudo, permaneceram por muito tempo de inspiração liberal (cf. Ciocca e Toniolo 1976; Matzl 1988). No fascismo alemão, a teoria e a prática da política econômica eram bem menos liberais (cf. Barkai 1988).

## **A democratização bem-sucedida do após-guerra**

Enquanto após a Primeira Guerra Mundial as burguesias da Europa Ocidental ainda tinham esperança de poder restabelecer a ordem antiga, após 1945 elas estavam dispostas a aceitar reformas. O pacto com o movimento operário ampliou o acesso aos centros estatais de decisão, expandiu o Estado social e além disso estabilizou a demanda massificada através de uma política keynesiana. Desta forma as burguesias concordaram com uma democratização nas duas dimensões: acesso ao Estado e aos espaços das decisões democráticas. A política monetária foi posta a serviço da acumulação do capital produtivo, e nesse contexto, no período imediatamente após a guerra, foram estatizados bancos centrais até então privados, por exemplo na França e na Grã-Bretanha. Em contrapartida o movimento operário renunciou a uma transformação sócio-econômica mais ampla. Suas alas esquerdas socialista e comunista foram marginalizadas nas instituições estatais e, em parte, também nos sindicatos (cf. Agneli 1990). Ainda nos anos 40 os partidos comunistas tiveram que abandonar os governos de unidade nacional. Na RFA, onde a exemplo da Itália e da Áustria a esquerda fora dizimada muito brutalmente durante o fascismo, nos anos 50 o partido comunista foi inclusive proibido; somente entre 1957 e 1966 3.698 pessoas foram condenadas por delitos políticos (Fülberth 1990: 100). Aqui o combate às posições socialistas nos sindicatos também foi especialmente raivoso (cf. Pirker 1979).

As burguesias concordaram com este pacto por encontrarem-se numa posição relativamente defensiva. O sistema capitalista estava fortemente desacreditado. O antagonista sistêmico, a União Soviética, tinha se revelado como a potência militar vitoriosa mais importante sobre o fascismo alemão. Seu brilho inicialmente projetou-se também sobre partidos comunistas da Europa Ocidental. Esses temiam mais os partidos de direita do que a social-democracia.

O estado democrático podia impor mais facilmente do que no período entre-guerras o pacto social contra os setores mais renitentes do capital porque a opção *exit* da fuga de capital não existia de fato, devido ao corte das relações no mercado mundial condicionado pela guerra (cf. Becker 1990). Ademais, no contexto de confrontação entre os blocos na Europa Ocidental, os EUA, a nova potência hegemônica, apoiavam explicitamente a opção reformista através do Plano Marshall (cf. Hardach 1994).

O pacto do após-guerra preparou o terreno para um regime de crescimento estável de duas e meia décadas, pelo que por sua vez tornaram-se possíveis a

integração política dos trabalhadores e uma dissolução relativamente indolor da pequena produção de mercadorias. Mas no final dos anos 60 esgotou-se o potencial de crescimento do fordismo e ao mesmo tempo a esquerda se fortaleceu. Num contexto de pleno emprego, os sindicatos sentiram-se fortalecidos para recolocar a pergunta pela distribuição da renda. Ao mesmo tempo eles vez por outra exigiam a “humanização do mundo do trabalho”. Pelo menos neste ponto havia pontos de contato com o movimento estudantil, que na Itália eram especialmente notórios. Esses movimentos efetivamente ainda conseguiram impor parcialmente um novo impulso democratizante; mesmo partidos social-democratas mais conservadores como a SPD se propuseram a “ousar mais democracia”. Resultou daí por exemplo uma abertura social e democratização das universidades e de outras partes do aparato estatal. Com relação à democratização da economia ou pelo menos de uma “humanização do mundo do trabalho” pouco foi alcançado, com exceção parcial da Itália.

As burguesias da Europa Ocidental mesmo assim percebiam a ameaça da ultrapassagem dos limites. Elas procuravam por uma guinada à direita.

### **Desmonte liberal da democracia**

O capital reagiu à crise e à ameaça de consolidação de um desenvolvimento de esquerda com a modificação de suas estratégias de acumulação e a reformulação de seu “projeto de Estado” (Jessop 1990).

O capital racionalizou, flexibilizou e internacionalizou a produção. Justamente sob as condições de uma produção *just in time*, as terceirizações da produção priorizaram a vizinhança geográfica. Por conseguinte, a malha geográfica de investimentos diretos e de comércio revela uma forte tendência à formação de blocos regionais (cf. Chesnais 1994). A produção foi orientada tendencialmente mais para a exportação. Mas a característica mais marcante das novas estratégias de acumulação foi a crescente concentração em aplicações financeiras ao invés de investimentos no âmbito da produção. Com isso o capital reagiu à sobreacumulação no âmbito da produção e à crescente insegurança, que sugere formas de aplicação do capital com alta liquidez. Nesse sentido, a tendência atual a aplicações financeiras é expressão de uma crise estrutural e apresenta fortes paralelos com o período entre-guerras assim como com crises estruturais anteriores (cf. Arrighi 1994). Como o capital financeiro tinha conseguido impor uma liberalização dos mercados financeiros, começando pelos EUA e a Grã-Bretanha, as aplicações financeiras passa-



ram a ser feitas crescentemente em mercados globalizados. Não obstante isso, também nos mercados financeiros é possível reconhecer tendências para a formação de blocos regionais (cf. Bénassy e Deusy-Fournie 1995). Na exportação de capital de longo prazo, aproximadamente 3% do PIB (Bairoch 1996: 184), na reação internacional às taxas de juros (Zevin 1992) e nas quotas de exportação (Bairoch 1996: 179) o grau de internacionalização dos países capitalistas industrializados no final dos anos 80 girava novamente em torno dos níveis de 1913. Uma diferença significativa existe no peso dos investimentos diretos, que atualmente são muito mais altos.

Com isso o espaço econômico e a regulação política do Estado nacional desenvolveram-se em direções diferentes, o que facilitou ao capital evadir-se de acordos políticos em nível nacional. Dentro da União Européia (UE) aconteceu uma adaptação parcial do espaço político ao econômico, mas ao preço de um reforço no peso político do poder executivo e um estreitamento dos canais de acesso a centros de decisão política em detrimento de sindicatos e “novos” movimentos sociais. O projeto liberal de Estado favorável ao capital visa a uma mudança similar do papel do Estado em outros níveis territoriais. Também na segunda dimensão da democracia o projeto liberal de Estado aspira a um estreitamento, sobretudo no desmonte do papel social do Estado. Com essas mudanças no papel do Estado pretende-se consolidar politicamente as novas estratégias de acumulação – não sem contradições entre si, por certo – e uma redistribuição da renda de baixo para cima. Para isso são de central importância o desbravamento de novos campos de realização de valor através das privatizações, sobretudo na área da infraestrutura e da seguridade social, e a crescente disciplina das forças de trabalho. Depois de 1989, o projeto liberal de Estado não precisava mais levar em consideração a concorrência entre sistemas, pelo que as estratégias para sua imposição tornaram-se mais agressivas.

Graças à bem sucedida integração dos trabalhadores no fordismo, o discurso liberal pode apoiar-se numa base social muito mais ampla do que no entre-guerras para introduzir estas mudanças no papel do Estado. No marco deste discurso argumenta-se que a “globalização” seja um imperativo objetivo. Por causa deste imperativo objetivo o Estado deveria tomar distância de intervenções na liberdade de disposição do capital e, por motivos de eficiência, assumir crescentemente a forma de uma empresa. Como o capital monetário é mais arisco dentre os cursos, deve-se renunciar sobretudo a qualquer controle democrático dos bancos centrais.

Com a ampliação da União Européia ocorreu uma certa aproximação da territorialidade política da regulação ao espaço econômico. Mas esta ampliação estava fortemente marcada pelo peso do executivo nas instituições da UE e por uma constituição liberal dos campos políticos.

Na UE a iniciativa política está preponderantemente nas mãos dos comissários, que praticamente não estão submetidos a controle democrático (cf. Puntscherrickmann 1997). A Comissão tem em suas mãos tanto o direito de iniciativa legislativa como também o poder executivo da UE. Com isso rompe-se a divisão de poderes. Ao lado dela existe o Conselho de Ministros que representam os países membros como grêmio decisório central, enquanto o Parlamento Europeu, como organização supranacional eleita, permanece marginalizado a despeito de uma ligeira valorização recente. Este arranjo institucional beneficia os grupos fortes de lóbi próximos ao capital, que em geral dispõem de relações especialmente estreitas com o executivo. Em contrapartida, historicamente foram os parlamentos que serviram de acesso principal dos sindicatos e “novos” movimentos sociais aos centros de decisão política. Além disso, eles têm tido mais dificuldade para organizarem-se em nível internacional do que as associações do capital.

Esta constelação permitiu a imposição da continuidade do projeto de integração com contornos claramente (neo)liberais. Os interesses do capital estavam integrados em posição central na formulação do projeto de mercado interno da comissão. O projeto de mercado interno unificou o espaço econômico, mas deixou fragmentado em estados nacionais os espaços fiscal, social e ambiental. Com a mobilidade do capital, as políticas fiscal, social, trabalhista e ambiental dos estados nacionais são –pelo menos potencialmente– expostas a uma concorrência maior (cf. p. ex. Streeck 1995). Esta até o momento parece apresentar seus efeitos mais fortemente na forma de uma concorrência tributária, com a conseqüência de grandes perdas na tributação da renda das pessoas físicas e jurídicas e das grandes fortunas (cf. entre outros Tremonti 1993).

O mercado interno foi complementado pelo projeto de uma união monetária. Através dos critérios de Maastricht, sobretudo com relação ao endividamento estatal, assim como pela elaboração de um pacto de estabilidade igualmente restritivo, ela pretende consolidar a orientação (neo)liberal da política econômica dos países. Ademais, com a união monetária se pretende instalar um banco central europeu que, a exemplo do banco central alemão, esteja imune ao controle democrático. Este banco, por meio de seu comprometimento com uma política monetária restritiva, seria um componente central de um marco condicionante para a política econômica nacional.

Antecessor da união monetária foi o Sistema Monetário Europeu (EWS), criado no final dos anos 70. “Com a criação de um sistema de taxas fixas de câmbio pretende-se institucionalizar ‘imperativos objetivos’ extraeconômicos que forcem a imposição das posições de poder da burguesia” segundo a síntese que Ziebur et al. (1992: 97) fizeram de um componente essencial da racionalidade do EWS. Na França e na Itália o ingresso no EWS foi concebido sobretudo como uma medida preventiva contra uma possível política de reforma da esquerda, à época em ascensão (Ziebur et al. 1992: 97; Balcet 1997: 76). Nesse arranjo, o papel de mestre disciplinador cabia ao *Deutsche Bundesbank* (Banco Central Alemão). Através de sua política de juros altos ele restringiu sensivelmente os espaços de ação dos estados europeus na política fiscal sobretudo nos anos 90. Isso acelerou o desmonte do papel social do Estado. Na ótica das forças de direita isso, no entanto, ainda era insuficiente. Para o intelectual italiano de direita Giulio Tremonti, um dos objetivos do Acordo de Maastricht, por conseguinte, é a “destruição do Estado social do tipo antigo”, a qual no nível dos estados nacionais ainda esbarra em resistências muito fortes (*Corriere della Sera* 18.05.1996: 5).

Desta forma, o papel atual da UE apresenta certos paralelismos com o dos estados credores com relação à Alemanha e à Áustria no período entre-guerras. Outrora como hoje, os pontos centrais de conflito são as políticas monetária e fiscal. E tanto outrora como hoje, um dos objetivos mais importantes do capital e de seus intelectuais liberais é proteger a política monetária de um controle democrático.

Passageiramente houve na UE sinais de um ligeiro movimento contrário, emitidos sobretudo pelos governos da França e da Itália, ligeiramente orientados à esquerda. Assim, por exemplo, o então primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi, enfatizou ante a Assembléia Nacional francesa a necessidade de se reforçar a componente social e a estrutura institucional da UE (Prodi 1997: 4). As iniciativas internas de reforma após a vitória da coalizão entre social-democratas e verdes na Alemanha fracassaram logo nos primeiros meses ante a resistência das associações dos empresários; em nível da UE não há ênfases genuinamente social-democratas à vista.

A continuidade do desenvolvimento da UE não apenas condiciona de maneira bem específica a política nacional na Europa, mas também leva ao enfraquecimento dos parlamentos nacionais. Essa continuidade junta-se ali com uma tendência amplamente disseminada à reestruturação dos acessos aos centros de decisão. Muitos partidos de direita – do Partido Austríaco da Liberdade (FPÖ) aos conservado-

res na Grã-Bretanha, passando pela *Forza Italia* – advogam pelo fortalecimento do poder executivo e pela intermediação de interesses pelos meios de comunicação de massa antes que a mediação de interesses por instâncias sociais intermediárias como os sindicatos, que por si só já tinham sido enfraquecidas pelas transformações socioeconômicas (cf. p. ex. B. Ingrao e Rossanda 1995). Enquanto a forte ênfase no poder executivo tem paralelos com o período entre-guerras, as estratégias com tonalidades autoritárias do liberalismo atual, em sua tentativa de atomizar os movimentos sociais, diferenciam-se claramente da presença autoritária do Estado nas organizações sociais tal qual foi perseguida nos anos 20 e 30.

Na Grã-Bretanha, essa política foi implementada muito cedo e muito consequentemente pelo governo Thatcher, que era especialmente próximo aos interesses (financeiros) da *city* londrina (cf. p. ex. Jessop 1991: 148ss). Também na discussão e no desenvolvimento da política na Itália ficou claro que este tipo de transformação do papel do Estado foi impulsionado antes pelos interesses do capital e da classe média em determinados setores dos serviços do que pelo capital industrial (Bagnasco 1996: 37ss). A conservação de determinados elementos corporativistas sintoniza perfeitamente com os interesses de partes do capital industrial, que estão interessados em condições gerais estáveis para decisões sobre investimentos e estratégias de acumulação orientadas para o longo prazo. A discussão atual sobre a constituição na Itália mostra exemplarmente quanto partidos de origem na esquerda, nesse caso o PDS, já assumiram o discurso da governabilidade (cf. p. ex. Salvati 1997). Caso sejam efetivadas as propostas colocadas em discussão, diversas regulamentações fariam com que os futuros parlamentos na Itália tivessem um caráter bem menos representativo do que têm tido no passado, e se veriam confrontados com um poder executivo claramente fortalecido.

Além da política monetária, também as políticas externa e militar estão especialmente protegidas contra um controle democrático. Isto se tornou especialmente patente nas negociações sobre a Iugoslávia e na transcendente decisão em favor de uma intervenção da Otan naquele país.

As modificações no acesso aos centros de decisão e nos discursos traduzem-se também em transformações na política nacional. Sob o ponto de vista político-democrático o desmonte do papel social do Estado, inclusive as crescentes medidas coercitivas para com os beneficiários de ajudas sociais, sobretudo os desempregados, são especialmente graves (cf. Dahrendorf 1997).

Em nível regional, as perspectivas têm sido um pouco mais ambivalentes. As estratégias de acumulação do capital e as estratégias de desenvolvimento das agências estatais durante as últimas duas décadas relegaram a demanda em massa

a um segundo plano. Com isso também a unificação das condições de vida nos diversos países perdeu importância. Ao invés disso, o potencial endógeno de desenvolvimento das regiões como ponto de partida para crescentes atividades exportadoras ganhou importância (cf. panorama em Pecqueur 1996). Especialmente as regiões prósperas levantaram em seguida sua voz clamando por maior autonomia. O objetivo dos regionalistas era poder utilizar mais os potenciais da própria região, sem maiores considerações para com regiões mais pobres. Exemplos da expressão política do chauvinismo regional de bem-estar são a *Lega Nord*, os autonomistas burgueses na Catalunha (que aliás também têm raízes emancipatórias) e as exigências da União Social-Cristã na Baviera de uma regionalização da seguridade social. Em alguns estados até agora ainda centralizados como a Espanha e a Itália (pelo menos segundo o esboço constitucional, cf. Stasio 1997), movimentos de autonomia têm conquistado tanto uma descentralização como também uma parlamentarização da política regional. Mesmo na Grã-Bretanha, onde o governo Thatcher em boa medida havia arrasado grande parte da administração autônoma dos municípios, o *Labour Party* com sua guinada liberal decidiu-se pelo estabelecimento de parlamentos regionais para a Escócia e Wales. Ao mesmo tempo há tendências de subtrair partes do aparelho estatal do controle democrático através da externalização em organizações “autônomas”. A autonomia de ação dos níveis inferiores do Estado muitas vezes é notoriamente limitada pelo estrangulamento financeiro. Este modelo político pode ser visto até mesmo num sistema federativo tão consolidado como o da Alemanha (cf. Borchert 1995: 285ss).

Nas duas dimensões da democracia, amplitude da participação nas decisões e o alcance destas, há tendências claras de desdemocratização, tanto em nível supranacional como nacional, que destroem novamente conquistas feitas no pós-guerra. A desdemocratização é parte integrante do atual projeto liberal de Estado, destinado a dar suporte a uma acumulação de capital fictício ou a estratégias voltadas à exportação no âmbito da produção. Pela crescente cisão entre espaço econômico e territorialidade da regulação política, a correlação de forças deslocou-se em favor do capital. Esta mudança na correlação de forças foi consolidada através de um estreitamento dos canais de acesso aos centros de decisão política. Especialmente característico desse estreitamento dos canais de acesso são o fortalecimento do poder executivo às expensas das instituições parlamentares e a eliminação dos mecanismos democráticos de controle sobre partes essenciais do aparelho de Estado, em especial dos bancos centrais. A mudança nas possibilidades de acesso aos centros de decisões políticas abre caminho para o desmonte do papel social do Estado.

**Referências bibliográficas**

- Aglietta, M. e A. Orléan (1984). *La violence de la monnaie*. 2ª ed. Paris.
- Agnoli, J. (1990). Die Transformation der Demokratie. In: J. Agnoli. *Die Transformation der Demokratie und andere Schriften zur Kritik der Politik*. Freiburg, p. 21-106.
- Agulhon, M. et al. (1993). *La France de 1914 à 1940*. Paris.
- Arrighi, G. (1994). *The long twentieth century. Money, power, and the origins of our times*. London.
- Balçet, G. (1997). *L'economia italiana. Evoluzione, problemi e paradossi*. Milano.
- Bagnasco, A. (1996). *L'Italia in tempi di cambiamento politico*. Bologna.
- Bairoch, P. (1996). Globalization myths and realities: one hundred years of external trade and foreign investment. In: R. Beyer e D. Drache (orgs.). *States against markets. The limits of globalization*. London e New York, p.173-192.
- Barkai, A. (1988). *Das Wirtschaftssystem des Nationalsozialismus*. Frankfurt/M.
- Becker, J. (1996). Fenster für die Linke. Umbrüche in der Weltwirtschaft und alternative Gesellschaftsprojekte in der (Semi-)Peripherie. *Kurswechsel*, 1: p. 8-25.
- Bénassy, A. e P. Deusy-Fournier (1995). La concurrence pour le statut de monnaie internationale depuis 1973. In: M. Aglietta (org.). *Cinquante ans après Bretton Woods*. Paris.
- Bobbio, N. (1986). *Die Zukunft der Demokratie*. Berlin.
- Borchert, J. (1995). *Die konservative Transformation des Wohlfahrtsstaates. Großbritannien, Kanada, die USA und Deutschland im Vergleich*. Frankfurt e New York.
- Borón, A. A. (1994). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro.
- Ciocca, P. e G. Toniolo (orgs.) (1970). *L'economia italiana nel periodo fascista*. Bologna.
- Dahrendorf, R. (1997). An der Schwelle zum autoritären Jahrhundert. *Die Zeit*, 14.11, p.14.
- Fülberth, G. (1990). *KPD und DKP: 1945-1990*. Heilbronn.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from prison notebooks*. London.
- Hardach, G. (1994). *Der Marshall Plan. Auslandshilfe und Wiederaufbau in Westdeutschland 1948-1952*. München.
- Hayek, F. A. (1983). *Die Verfassung der Freiheit*. Tübingen.

- Hirschman, A. O. (1992). *Denken gegen die Zukunft, die Rhetorik der Reaktion*. München.
- Huntington, S. (1968). *Political order in changing societies*. New Haven.
- Ingrao, P. e R. Rossanda (1995). Appuntamenti fine di secolo. In: P. Ingrao e R. Rossanda. *Appuntamenti fine di secolo*. Roma, p.11-75.
- Jessop, B. (1990). *State theory. Putting capitalist states in their place*. University Park.
- \_\_\_\_\_ (1991). Thatcherism and flexibility: the white heat of a post-fordist revolution. In: B. Jessop et al (org.). *The politics of flexibility. Restructuring state and industry in Britain, Germany and Scandinavia*. Aldershot-Brookfield, p. 135-161.
- Kernbauer, H. e P. Weber (1988). Von der Inflation zur Depression. Österreichs Wirtschaft 1918-1934. In: E. Tálos e W. Neugebauer (orgs.). "Austrofaschismus". *Beiträge über Politik, Ökonomie und Kultur 1934-1938*. Wien, p. 1-30.
- Krugman, P. (1996). *Pop internationalism*. Cambridge e London.
- Leys, C. (1996). *The rise and fall of development theory*. Oxford.
- Mattl, S. (1988). *Die Finanzdiktatur: Wirtschaftspolitik in Österreich 1933-1938*. In: E. Tálos e P. Neugebauer, p. 133-160.
- Mill, J. S. (1987). *Über Freiheit*. Frankfurt/M.
- Mosca, G. (1994). *La classe politica*. A cura e con una introduzione di Norberto Bobbio. Roma e Bari.
- Pareto, V. (1906). *Manuale di economia politica con una introduzione alla scienza sociale*. Milano.
- \_\_\_\_\_ (1964). *Cours d'économie politique*. Genf.
- Pecqueur, B. (org.) (1996). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris.
- Pirker, T. (1979). *Die blinde Macht. Die Gewerkschaftsbewegung in der Bundesrepublik*. 2ª ed. Berlim.
- Puntscher-Bekmann, S. (1997). Demokratie im supranationalen Raum. In: E. Antalovsky et all. (org.). *Integration durch Demokratie: neue Impulse für die Europäische Union*. Marburg. p. 69-110.
- Salvati, M. (1997). *La sinistra, il governo, l'Europa*. Bologna.
- Schumpeter, J. A. (1993). *Kapitalismus, Sozialismus, Demokratie*. Tübingen e Basel.
- Stasio, D. (1997). Le proposte di riforma punto per punto. *Il Sole-24 ore*, 31.10, p. 3.
- Streeck, W. (1995). From market making to state building? Reflections on the political

- economy of european social policy. In: S. Leibfreid e P. Pierson (orgs.). *European social policy. Betwen fragmentation and integration*. Washigton D. C.
- Tremonti, O. (1993). Il futuro del fisco. In: Galgano, F. et al. *Nazioni senza ricchezza, ricchezza senza nazione*. Bologna, p. 49-91.
- Zajac, P. (1996). *Sen o krajine*. Bratislava.
- Zevin, R. (1992). Are world financial markets more open? If so, why and with which effects? In: T. Banuri e J. Schor (orgs.). *Financial Openness*. Oxford, p. 43-83.
- Ziebura, G. (1984). *Weltwirtschaft und Weltpolitik 1922/24-1931*. Frankfurt/M.
- Ziebura, G. et all. (1992). *Deutschland in einer neuen Weltära*. Opladen.